

“COMO SE FOSSEM BRANCOS”:
comportamento social e moral religiosa
de forros e descendentes de escravos
(Iguaçu e Jacutinga, Rio de Janeiro, c.1790- c.1850)

Conselho Editorial
Série Letra Capital Acadêmica

Ana Elizabeth Lole dos Santos (PUC-Rio)
Beatriz Anselmo Olinto (Unicentro-PR)
Carlos Roberto dos Anjos Candeiro (UFTM)
Claudio Cezar Henriques (UERJ)
Ezilda Maciel da Silva (UNIFESSPA)
Galileu Galilei Medeiros de Souza (UERN)
João Luiz Pereira Domingues (UFF)
João Medeiros Filho (UCL)
Leonardo Agostini Fernandes (PUC-Rio)
Leonardo Santana da Silva (UFRJ)
Lina Boff (PUC-Rio)
Luciana Marino do Nascimento (UFRJ)
Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá (UERJ)
Michela Rosa di Candia (UFRJ)
Olavo Luppi Silva (UFABC)
Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)
Pierre Alves Costa (Unicentro-PR)
Rafael Soares Gonçalves (PUC-RIO)
Robert Segal (UFRJ)
Roberto Acízelo Quelhas de Souza (UERJ)
Sandro Ornellas (UFBA)
Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz (UTFPR)
Waldecir Gonzaga (PUC-Rio)

Moisés Peixoto Soares

“COMO SE FOSSEM BRANCOS”:
comportamento social e moral religiosa
de forros e descendentes de escravos
(*Iguaçu e Jacutinga, Rio de Janeiro, c.1790- c.1850*)

LETRCAPITAL



Copyright © Moisés Peixoto Soares, 2022

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os
meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITOR João Baptista Pinto

CAPA Jenyfer Bonfim

PROJETO GRÁFICO/EDITORAÇÃO Luiz Guimarães

REVISÃO Rita Luppi

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S655c

Peixoto Soares, Moisés

"Como se fossem brancos": comportamento social e moral religiosa de forros e descendentes de escravos (Iguaçu e Jacutinga, Rio de Janeiro, c.1790- c.1850) / Moisés Peixoto. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

352 p. ; 15,5x23 cm.

Apêndice

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-89925-66-8

1. Escravos libertos - Rio de Janeiro - História. 2. Escravos libertos - Condições sociais.
3. Escravos - Religião - Rio de Janeiro. 4. Relações raciais - Aspectos religiosos - Igreja
Católica. 5. Escravidão e Igreja - História - Rio de Janeiro. I. Título.

22-76171

CDD: 981.53

CDU: 94(815.3)

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

LETRA CAPITAL EDITORA
Tels.: (21) 3553-2236/2215-3781
www.letracapital.com.br

DEDICATÓRIA

A minha mãe, Maria da Conceição Soares.

Agradecimentos

Este livro é uma versão, com poucas modificações, da tese de doutorado defendida em 2019 junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Um livro, por mais que denote o exercício intelectual e individual, jamais representará um trabalho alheio ao coletivismo. Por essa razão, nestes agradecimentos, ainda que ciente de que, ao final, serei traído pela memória, tentarei enumerar algumas pessoas e instituições que, direta ou indiretamente, foram fundamentais na gestação, conclusão da tese e na sua publicação em forma de livro.

Início agradecendo ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ao seu corpo docente pela acolhida, especialmente aos professores Norma Cortes, Felipe Charbel, Antônio Carlos Jucá, João Frágoso, Roberto Guedes, Cacilda Machado e Manolo Florentino. O professor Manolo, o professor João e a professora Cuca nos brindaram com aulas memoráveis, que certamente influenciaram as assertivas finais aqui expostas.

Não menos relevantes foram as sugestões dos professores que compuseram a banca de avaliação desta pesquisa, agora publicada: Márcio Soares, Carlos Eduardo Valencia Villa, Eduardo França Paiva e Manolo Florentino — a todos, expresso minha sincera gratidão. Não posso deixar de agradecer, igualmente, a Jonis Freire, pelas valiosas sugestões oferecidas por ocasião do Exame de Qualificação.

Agradeço, em especial, à professora Cuca e ao professor Roberto Guedes. À primeira, por ter orientado a pesquisa com total liberdade intelectual e por propor instigantes questões; sem dúvida, os méritos desta obra divido com ela; as eventuais falhas, assumo como minhas. A Roberto Guedes, devo quase tudo. Aliás, no percurso da pesquisa que resultou na tese, agora publicada como livro, houve dois momentos de inflexão, sendo um

deles diretamente motivado por sua influência. Após o curso por ele ministrado no PPHR-Rural, intitulado *Senhores forros*, reconsidere aspectos anteriormente privilegiados e redefini a temática da pesquisa. Posso afirmar, com convicção, que foi ele quem me ensinou o ofício de historiador.

O outro momento de inflexão foi provocado pelo “Congresso Escravidão e Mestiçagens – De que estamos falando? Antigos Conceitos e Modernos Anacronismos”, realizado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2015. Os debates ali travados motivaram-me a estudar as mestiçagens e as classificações dos libertos em Iguaçu e Jacutinga. Por isso, agradeço especialmente a Eduardo França e Isnara Pereira Ivo (*in memoriam*), que, direta ou indiretamente, influenciaram as assertivas finais aqui apresentadas. Estendo meus agradecimentos a todos os integrantes do Centro de Estudos Sobre a Presença Africana no Mundo Moderno (CEPAMM/UFMG), em especial a David Ferreira Barbuda, Eduardo França Paiva, Eduardo Corona Pérez, Maria Rita, Ariel Lucas e Isnara Pereira Ivo, que infelizmente nos deixou neste ano. Isnara, aliás, foi uma das principais incentivadoras da publicação desta tese.

Ao grupo de pesquisa *Antigo Regime nos Trópicos* (ART), agradeço, em especial, aos professores João Fragoço e Antônio Jucá pelas fontes disponibilizadas, sugestões e críticas apresentadas durante a exposição de um dos capítulos da tese. Ainda no âmbito do ART, compartilho a alegria da publicação com os competentes jovens pesquisadores Juliano, Caio, Kevin, Paolo, Gabriel, Vitória, Matheus, com as professoras Ariane Carvalho e Ana Paula Machado Rodrigues, e com nosso mestre, Roberto Guedes.

Foi igualmente relevante, em minha trajetória, a participação no grupo de pesquisa *A cor da Baixada*, sobretudo ao lado de Nielson Rosa Bezerra, Vitor Hugo Monteiro, Daniela Cavalheiro, Eliana Laurentino, Juliana Lima, Marta Ferreira e Eduardo Possidônio. Nielson Bezerra, além de ter sido meu professor, foi o responsável por despertar em mim o interesse pelo estudo da escravidão no Recôncavo da Guanabara. Registro também meu

agradecimento ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), bem como ao grupo de pesquisa *Ecclesiae*, vinculado ao mesmo programa, coordenado pelo professor Anderson José Machado de Oliveira, onde desenvolvo minha pesquisa de pós-doutorado. Ao Anderson, à Janaína Perrayon e aos demais alunos integrantes do *Ecclesiae*, agradeço pela acolhida fraterna.

Divido os méritos da publicação deste livro com meus alunos da pós-graduação do Instituto Pretos Novos (IPN), e com seu diretor, o amigo Cláudio Honorato, bem como com meus alunos do ensino fundamental e médio da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC) e da Secretaria Municipal de Educação do Município do Rio de Janeiro (SME), com os quais, em sala de aula, pude testar hipóteses e desenvolver reflexões por meio dos ricos debates empreendidos. Agradeço ainda às minhas alunas Fernanda Melo, Evelyn Vasconcelos e Mylena Martins, pela elaboração de alguns dos bancos de dados utilizados nesta pesquisa. Também não poderia deixar de mencionar Ana Paula Rodrigues Machado, companheira de orientação e de estudos sobre o Recôncavo da Guanabara, com quem troquei informações sobre as localidades analisadas e que gentilmente me disponibilizou fontes importantes.

Partilho a alegria da publicação deste livro com Eduardo Possidonio, Renato Gomes e Stephanie Valle, pelo apoio e incentivo. Eduardo é interlocutor constante, responsável por me indicar inúmeras referências de viajantes. Renatinho, além de amigo leal, é exemplo de dedicação à luta por uma educação de qualidade para a juventude da tão sofrida e estigmatizada Baixada Fluminense. Por fim, expresso minha gratidão à Daiane e à Daniella, meus amores, por compreenderem minhas ausências, mesmo quando, de certo modo, eu estava presente. À minha mãe, meu pai (*in memoriam*), sogra, irmãos e a todos os amigos. Agradeço a Deus, pela saúde e por todas as oportunidades concedidas, e aos meus irmãos, pelas orações. À CAPES, pelo financiamento da pesquisa, e à FAPERJ, pelo auxílio concedido para a editoração.

Os senhores de escravos não eram (exclusivamente) brancos, salvo se não lhes parecesse e para quem não quer ver

Para Isnara Pereira Ivo (*in memoriam*)

Ser e parecer ser são nos dias de hoje aspectos dissociáveis. Viver de aparências pode soar, e frequentemente soa, como falsidade, mesmo que as chamadas redes sociais passem a impressão de que tudo que ali está é só verdade e felicidade. Ansiosas por *clicks*, pessoas (mais ou menos experientes) se afirmam pelo que escolhem e aparentam ser em suas fotos e dizeres. Neste sentido de zelar pelo parecer ser, nosso mundo se assemelha ao do passado escravista brasileiro. A diferença, porém, é que outrora o parecer ser era o que, de fato, era.¹ A expressão *como se fosse* servia como metáfora explicativa para verdades. *Como se fosse livre, como se fosse meu filho que criei com amor*, entre tantas outras coisas que fossem. Tal como o *Penso, logo existo*, de Descartes, *Como se fosse*, logo era. Foi o que disse um padre visitador da paróquia de Jacutinga de 1811.

Como se fossem brancos revela, portanto, aquele mundo em escravidão e os modos pelos quais seus contemporâneos viam, conforme categorias de época, o que era ser senhor, ser escravo, pardo, preto, branco, mulatinho, mulato, cabra etc. Traz à luz portugueses que pareciam pardos, brancos senhores de antepassado escravo, libertos que apagavam seu passado em escravidão para parecerem como se fossem livres. Todos eram senhores brancos de cores diferentes, de distintas qualidades de escravidão. O mesmo valia para as mulheres brancas, pardas, pretas, etc., antes que se evoque misoginia.

E tudo mudava. Aí está outra diferença do real parecer ser do passado. Naquela época, não imperava o racismo cognitivo,

¹ ROCHE, D. *A cultura das aparências: uma história da indumentária* (séculos XVII – XVIII). São Paulo: Editora Senac, 2007; APPIAH, Kwame Anthony A. *O código de honra: como ocorrem as revoluções morais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

o longuíssimo darwinismo do século XIX nas análises de nossos tempos que tudo petrifica no conceito de raça, dando inveja à suposta ideia de pureza racial nazista, à ideologia do Jim Crow.² Antes, as pessoas e famílias podiam ser brancas em certas circunstâncias, pretas forras em outras, pardas acolá, mulatas ali, em um contínuo movimento que orientava a fluidez taxonômica-social e a abertura cerebral de uma sociedade escravista. Todo mundo de outrora entendia a mudança do parecer ser porque pessoas eram e deixavam de serem escravas e se tornavam senhoras, de ser pretas, pardas, brancas etc. Parafraseando Pirandello, *assim era se lhes parecia*. Mas, muito cuidado, leitor, o parecer ser mudava, mas não enganava. E alguém já disse que só os idiotas acreditam que as aparências enganam.

Nada lhes parec(s)endo fixo, mas fruto do dinamismo das relações sociais, toda a caracterização social, espiritual, moral, etc., só podia ser circunstancial e relacional.³ Escravos, que assim o eram justificados com base no pecado e na degeneração moral⁴, frequentemente eram libertos por senhores que os viam como mercedores da graça da alforria, dada como uma dádiva. Em seus dizeres, os senhores, inclusive os senhores libertos, os libertavam pelos bons serviços, por pagamento monetário – mas a compra da alforria não era uma operação de mercado capitalista, o pagamento era um serviço –, por amor ao escravo, pelo amor de Deus etc. A propósito, o padre Raphael Bluteau, em seu *Vocabulário Português e Latino*, definiu liberto como “escravo forro, escravo que tem carta de alforria. *Amar a Deus por que nos remiu é tributo dos libertos*”⁵, ou seja, a alforria era a remissão do

² Um exemplo de racismo cognitivo anacrônico é a abordagem de SCHAUB, Jean-Frédéric. *Pour une histoire politique de la race*. Paris: Editions du Seuil, 2015. O conceito atemporal se vê em BETHENCOURT, Francisco. *Racismos*: das Cruzadas ao século XX. Lisboa: Temas & Debates, 2015.

³ BARTH, Fredrik. *Process and forms in social life*. Vol. 1. London: Routledge & Kegan Paul, 1981; *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

⁴ DAVIS, David. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; ZERON, Carlos. *Linha de Fé*: a Companhia de Jesus e a escravidão no Processo de Formação da Sociedade Colonial (Brasil, séculos XVI e XVII). São Paulo: Edusp, 2008; OLIVEIRA, Anderson J. M. *Devoção Negra*: santos pretos e catequese no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, 2008.

⁵ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

cativeiro.⁶ Do mesmo modo, *negro* não era tido como se fosse uma raça lombrosiana, nem branco, nem preto, nem pardo etc. Era também uma questão comportamental, social e espiritual, como demonstra Moisés Soares. É por aí que o leitor entenderá porque os senhores não eram brancos aos nossos olhos. A isso há quem chame de brancura social, mas para os homens do passado era realmente como se fosse.

Em suma, como adverte Moisés Soares, para compreender aquela sociedade escravista, devemos observá-la nos seus termos, sob pena de não a enxergamos. Por exemplo, o racismo intelectual de nossos dias não admite que a elite não fosse (exclusivamente) branca.⁷ Diferente dos que não querem ver a aparência de uma sociedade escravista, tudo isto não incomodava ninguém nos séculos de escravidão do Brasil. Muito mais importante era ser senhor e não ser escravo, sem que a escravidão como algo da ordem do mundo, em raríssimas exceções, fosse alvo de contestação. A escravidão moldada nas acepções de desigualdade de antigo regime (nos trópicos)⁸ dava parâmetros de inteligibilidade, existenciais, hierárquicos, espirituais, morais, comportamentais, afetivos, econômicos, políticos, etc., e amiúde não era sequer comentada pelos que nela viveram o dia-a-dia. Estava lá entranhadamente naturalizada. Similarmente à desigualdade na sociedade brasileira contemporânea, quase ninguém via a escravidão como problema até bem avançado do século XIX. Daí que não causava espanto algum os forros e egressos do cativeiro de diferentes gerações serem senhores de escravos. Além disso, embora a escravidão fosse a antítese do parentesco⁹, laços de parentesco não impediam pais de escravizar filhos; estes, àqueles; irmãos,

⁶ SOARES, Márcio. *A remissão do cativeiro: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c.1750-c.1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

⁷ IVO, Isnara. Senhores mestiços, mobilidade e ascensão sociais. Sertões da Bahia do século XIX. *Almanack*, v. 39, 2025; Mestiçagens e mobilidades sociais: senhores mestiços considerados brancos nos sertões da Bahia. Século XIX. In SOARES, Moisés; FERREIRA, David (Orgs.). *Índios, africanos e mestiçados na Ibero-América. Dinâmicas de mestiçagens, mobilidades e protagonismos (Séculos XVI-XIX)*. Salvador: Saggá Editora, 2025, p. 305-328; SOARES, Moisés; GUEDES, Roberto. Capitão Luciano Gomes Ribeiro. A elite escravista era parda (N. S. Do Pilar do Iguaçu, Rio de Janeiro, c. 1770-1810). *Varia Historia*, 41, 2025.

⁸ FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima(orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁹ MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e o dinheiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996, p. 9.

irmãs; netos a avós, e vice-versa; padrinhos a afilhados, compadres uns aos outros etc. Basta ver as histórias do pardo forro senhor Luiz de Souza, sua filha Dona Rosa Maria de Souza, sua amásia Carolina e Antônio, entre outras do livro. Isso era normal porque a escravidão e o comércio de cativos, que a partir de fins do século XVIII começou a ser chamado de tráfico, aspecto intensificado no século XIX, não eram distopias totais como são (e assim deve ser) hoje em dia. Eram como se fossem naturais. Comprar, vender, hipotecar e doar gente eram parte do cotidiano. Foi dessa maneira que os senhores libertos faziam tudo isso, naturalmente. As pessoas não sabiam o que era o mundo sem escravidão.

Há mais uma razão para a importância deste livro. Em tempos de proselitismo midiático, de honestidade intelectual como *avis rara* em abordagens sobre escravidão, ao dizer o como se fosse Moisés Peixoto Soares incomoda ao demonstrar aos juízes da história, moralistas laicos anacrônicos, que o rei estava nu. Parte da minha geração que estava convicta de que a historiografia tinha saído da dicotomia classista da história econômica (marxista ou liberal) se viu diante de uma nova fórmula de pensamento dual, agora inspirada no capital norte-americano: o racismo cognitivo¹⁰ *black and white*. Como o importante é dicotomizar, porque também é conveniente e mais fácil, insatisfeitos com a queda do muro de Berlim os arautos do dualismo reergueram o muro do pensamento oitocentista racial, universal, atemporal, onipresente como um Deus. Um dogma dessa religião é traduzir pardo para outros contextos, ou mameluco, mulatinho, cabra, cabrinha, fusco, fula etc. Só mesmo reduzindo-os na história da raça, ainda que em nome da diversidade e da inclusão. Muito distante disso e ao contrário, criticamente Moisés Soares se vale de categorias classificatórias da época analisada porque sabe que as palavras não servem apenas para a comunicação, pois fornecem caminhos para perscrutar a realidade possível. No dizer de Manuel António de Hespánha:

Categoria remete, na reflexão sobre o conhecimento, para a ideia de modelos de organização das percepções, da “realidade”, se quisermos, ou seja, conota uma capacidade activa, estruturante, criadora (poiética), na modelação do

¹⁰ Uma boa crítica ao racismo cognitivo consta em APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

conhecimento. E este é um sinal metodológico que queria deixar desde já, o de que pressuponho que estas entidades a que me referirei têm essa capacidade de criar conhecimento (senão — adianto já toda a provocação... — de criar realidade).¹¹

Ora, as pessoas que viveram em sociedades escravistas ordenavam o mundo e expressavam seus pensamentos, valores religiosos, morais, políticos, etc., com os significantes de seu repertório vocabular, religiosamente. Como não havia laicização do pensamento, parecer branco, pardo, preto, etc., trazia em si dimensões religiosas. Moisés Soares demonstra que o dizer que os filhos de Carolina eram de *cores diferentes* carregava sentidos diversos, ou seja, os significados das palavras eram outros, posto que orientados pelo catolicismo de uma sociedade escravista. Os termos classificatórios eram repletos de orientações valorativas, cristãmente católicas.

Moisés Soares não caiu em armadilhas racialistas e ensina como não cair no cativeiro historiográfico predominante nas universidades mundo afora que se colocaram de volta nos anos 1970. Que seu livro, uma aula de resistência ao cativeiro intelectual, abra o mar dessas águas turvas. Nem precisava dizer que o autor, com esta pesquisa séria e de escrita delicada, ultrapassa o que já foi dito aqui, porque há conceitos sólidos, rigor metodológico e base empírica. Também confronta e compara *corpora* documentais variados com criatividade. Com uma boa base antropológica, Moisés se serviu muito bem da análise de trajetórias e da circunscrição de objeto propostas pela micro-história.

Este livro se tornará leitura obrigatória aos que se dedicam a conhecer a escravidão no Brasil e alhures. Tive a honra de acompanhar de perto o percurso intelectual de Moisés Peixoto Soares. Só agradeço o que aprendi ao logo desses anos, lendo suas linhas, seu método, suas ideias, sua seriedade. Minha esperança é que este seu novo livro ajude a trazer de volta os estudos sobre escravidão para o caminho do conhecimento historiográfico como um valor em si mesmo.

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2025.

Roberto Guedes

¹¹ HESPANHA, Manuel António de. Categorias. Uma reflexão sobre a prática de classificar. *Análise Social*, vol. XXXVIII, 168, 2003, p. 823.

Sumário

Introdução	21
Capítulo 1 - Iguaçu e Jacutinga e sua geração de mestiços.....	47
1.1 Recôncavo da Guanabara: transformações econômicas, crescimento demográfico e habitantes	47
1.2 Alguns números da escravidão africana nas duas freguesias: do fim do XVIII às três primeiras décadas do XIX.....	61
1.3 Alguns números das populações escrava e livre da Vila de Iguaçu, anos 1830 em diante	68
1.4 Outros estrangeiros: não só de africanos vivia Iguaçu e Jacutinga	81
1.5 Das ocupações de cativos e não cativos: da segunda metade do XVIII às primeiras décadas do XIX	91
1.6 Da ocupação de escravos e livres: Vila de Iguaçu	104
Capítulo 2 - Fontes paroquiais: religiosidade, hierarquias e qualidades da escravidão.....	110
2.1 Da construção das diferenças à consolidação de um vocabulário.....	111
2.2 Óbices à população mestiça?.....	121
2.3 As fontes paroquiais nas sociedades colonial/imperial	128
2.4 A atuação dos padres na América ibérica: Iguaçu e Jacutinga e as qualidades.....	133
2.5 Brancos e pardos: na província e nas duas freguesias ...	145
2.6 Período colonial tardio: qualidade no XIX.....	151
Capítulo 3 - Pretos, crioulos, cabras, pardos, mulatos, ou “como se fossem brancos”	156
3.1 É melhor ser preto do que negro ou africano: da procedência à qualidade da escravidão	158

3.2	Crioulos: nascidos na casa do senhor ou do ventre de africanas	165
3.3	Para os senhores, cabras; para os padres, crioulos, pardos ou brancos.....	171
3.4	Pardo e mulato: entre a moral e a religiosidade.....	178
3.5	Brancos, ou como se fossem	190

Capítulo 4 - Escravos e libertos aos olhos de autoridades administrativas, viajantes e padres 205

4.1	Multidão de negros e mulatos: visões de viajantes e autoridades administrativas.....	205
4.2	Pretos e mulatos, ou pardos, cabras, crioulos e brancos?.....	212
4.3	Pretos e mulatos na província, pardos e brancos no cotidiano	216
4.4	Manoel Pinto de Pinho, Mariano José de Mendonça e João Rodrigues de Aguiar: os padres, as hierarquias e a religiosidade	224

Capítulo 5 - Filhos de “Marias”: casamento, legitimidade e qualidade da escravidão..... 232

5.1	Pais pardos, noivos brancos: algumas considerações sobre os livros de casamento de livres de Iguaçu e Jacutinga.....	232
5.2	A mulher, a família cristã e a maternidade	237
5.3	A legitimidade dos inocentes em Iguaçu e Jacutinga.....	242
5.4	Legitimidade e qualidade dos genitores livres e libertos	249
5.5	Bibiana Francisca de Jesus e Thomas José de Santa Anna: concubinato, casamento e qualidade da escravidão	260
5.6	Adão, Luiza, Ludovico e Agostinha: liberdade e mudança de identidade	264

5.7	Qualidade da escravidão entre os escravos genitores de legítimos	267
5.8	Custódia e Maria Isabel: legitimidade e mudança de qualidade	273

**Capítulo 6 - Como se fossem brancos: Agostinho
de Souza, André Martins da Silva Vidigal e outros
forros padrinhos de escravos..... 281**

6.1	Historiografia do compadrio e a pouca atenção dada aos homens livres.....	283
6.2	Padrinhos e madrinhas e condições jurídicas	286
6.3	Inácio Ferreira: de padrinho escravo a branco padrinho de escravo	289
6.4	Percentuais de padrinhos livres e forros de Iguaçu e Jacutinga	295
6.5	Perfis gerais de compadres, comadres e afilhados nas duas localidades	299
6.6	Padrinhos forros: de pretos, crioulos e pardos a brancos	311

Conclusão 321

Anexo 1 324

Fontes 325

Referências 328

Lista de diagramas, figuras, gráficos e quadros

Diagramas

Diagrama 1 – Geração de Agostinho de Souza	26
Diagrama 2 – As família de Clara Francisca de Jesus e de suas escravas Narcisa e Bibiana	263
Diagrama 3 – De filho natural a pai de legítimo: a família de Adão	265
Diagrama 4 – Laureana, José e seu filho Ludovico Soares de Bulhões	267
Diagrama 5 – José e Laureana: a hierarquia entre os cativos advinda da qualidade	272
Diagrama 6 – Custódia, seus dois casamentos e seus filhos	276
Diagrama 7 – Lucas, Natália e Liberata.....	279

Figuras

Figura 1 – Freguesias do Recôncavo da Guanabara	49
Figura 2 – “Estrada do comércio” e a Vila de Iguaçu.....	54
Figura 3 – Porto da Estrela.....	105

Gráficos

Gráfico 1 – Batismos de escravos adultos (Iguaçu e Jacutinga, 1790-1825)	63
Gráfico 2 – Naturalidade das mães dos batizando (Jacutinga, 1790-1825)	65
Gráfico 3 – Percentual de escravos (Iguaçu e Jacutinga, 1789-1844).....	77
Gráfico 4 – Pais dos batizando segundo a procedência e naturalidade (Jacutinga, 1841-1855).....	78
Gráfico 5 – Origem dos noivos e noivas (Jacutinga, 1795-1834).....	86
Gráfico 6 – Origem dos noivos e noivas (Iguaçu, 1787-1829).....	86
Gráfico 7 – Origem dos noivos (Iguaçu, 1787-1829).....	90
Gráfico 8 – Origem dos noivos (Jacutinga, 1795-1834)	90
Gráfico 9 – Noivos e noivas, Iguaçu (1787-1829) e Jacutinga (1795-1834).	146
Gráfico 10 – Pais e mães dos escravos batizados (Iguaçu, 1796-1813) e Jacutinga (1790-1807).....	146
Gráfico 11 – Pais e mães dos batizando livres de Iguaçu (1797-1812) e Jacutinga (1835-1848).	147

Gráfico 12 – Brancos e pardos nos Relatórios de presidentes de província e nos livros de batismo e casamentos de livres de Jacutinga e Iguaçú, séculos XVIII e XIX.....	148
Gráfico 13 – Percentual de pardos nos livros paroquiais (Iguaçú e Jacutinga, XVII e XVIII).	182
Gráfico 14 – Crescimento do percentual de pardos (Iguaçú e Jacutinga, XVII e XVIII).	183
Gráfico 15 – Brancos e pardos nos Relatórios de presidentes de província e nos livros de batismo e casamento de livres de Jacutinga e Iguaçú, séculos XVIII e XIX.	197
Gráfico 16 – Legitimidade dos inocentes escravos (Jacutinga, 1790-1825)	245
Gráfico 17 – Legitimidade dos inocentes livres (Iguaçú, 1797-1830)	246
Gráfico 18 – Qualidade das mães de legítimos (Iguaçú e Santo Antônio de Jacutinga, 1797-1848).	250
Gráfico 19 – Qualidade e condição jurídica dos pais de legítimos (Iguaçú e Jacutinga, 1797-1848).	253
Gráfico 20 – Qualidade das mães de inocentes naturais, livres e libertas (Iguaçú e Jacutinga, 1797-1848).	255
Gráfico 21 – Qualidade das mães de legítimos e naturais (Iguaçú e Jacutinga, 1797-1848).	256
Gráfico 22 – Genitores de legítimos: brancos e pardos (Iguaçú e Jacutinga, 1797-1848).	258
Gráfico 23 – Qualidade e procedência das mães de escravos legítimos (Iguaçú e Jacutinga, 1790-1825).	268
Gráfico 24 – Qualidade e procedência dos pais de escravos legítimos (Iguaçú e Jacutinga, 1790-1825).	270
Gráfico 25 – Condição Jurídica, por quinquênios, de padrinhos e madrinhas de escravos (Jacutinga, 1790-1805).	297
Gráfico 26 – Condição Jurídica, por quinquênios, de padrinhos e madrinhas de escravos (Jacutinga, 1806-1825).	298
Gráfico 27 – Condição Jurídica dos padrinhos e qualidade e procedência das comadres, por quinquênio, (Jacutinga, 1790-1810)	307
Gráfico 28 – Condição jurídica dos padrinhos e qualidade e procedência das comadres, por quinquênio (Jacutinga, 1811-1825)	308

Quadros

Quadro 1 – População das freguesias ao fundo da Baía da Guanabara...	55
Quadro 2 – Fogos, quantidade e média de escravos (Iguaçú e Jacutinga, 1797).....	57

Quadro 3 – Tamanho das escravarias de acordo com os livros de batismo (Iguaçu e Jacutinga, 1796-1813, 1790-1807).....	58
Quadro 4 – População de Iguaçu e Jacutinga, segundo monsenhor Pizarro, 1792-1795	60
Quadro 5 – Naturalidade e procedência dos pais escravos (Iguaçu e Jacutinga, 1790-1825).....	64
Quadro 6 – Exportação para a Corte via Porto de Iguaçu, 1854-1856.....	70
Quadro 7 – Mapa da Vila de Iguaçu: condição jurídica, sexo e qualidade dos fregueses, 1840	73
Quadro 8 – Mapa da Vila de Iguaçu: condição jurídica, sexo e qualidade dos fregueses, 1844	74
Quadro 9 – Mapa populacional da Vila de Iguaçu: sexo, condição jurídica e estado matrimonial, 1848	80
Quadro 10 – Engenhos, escravos e produção agrícola (1779-89)	92
Quadro 11 – Produção (anual) de alimentos das freguesias das cercanias da Guanabara (1769-1779) (por alqueires)	93
Quadro 12 – Gênero plantado segundo a Lista nominativa de 1797, Iguaçu e Jacutinga.....	95
Quadro 13 – Produção agrícola de Iguaçu e Jacutinga, segunda a Lista de 1797	96
Quadro 14 – Exportações de Iguaçu e Jacutinga, segundo a Lista nominativa de 1797	98
Quadro 15 – Organização dos livros de batismo e casamento (Iguaçu e Jacutinga).....	135
Quadro 16 – Legitimidade dos batizados (Iguaçu, 1796-1826)	242
Quadro 17 – Legitimidade dos batizados (Jacutinga, 1790-1848)	243
Quadro 18 – Legitimidade dos filhos de forros (Jacutinga e Iguaçu, 1764-1826).....	248
Quadro 19 – Qualidades entre pais e mães de filhos legítimos (Iguaçu, 1797-1826)	258
Quadro 20 – Condição jurídica de padrinhos e madrinhas de escravos (Iguaçu, 1796-1813).....	286
Quadro 21 – Condição jurídica de padrinhos e madrinhas de escravos (Jacutinga, 1790-1807).....	286
Quadro 22 – Condição jurídica de padrinhos e madrinhas de escravos (Jacutinga, 1807-1825).....	287
Quadro 23 – Qualidade e procedência de padrinho e madrinha escravos (Iguaçu, 1796-1813).....	293
Quadro 24 – Qualidade e procedência de padrinho e madrinha escravos (Jacutinga, 1790-1807).....	293

Quadro 25 – Qualidade e procedência de padrinho e madrinha escravos (Jacutinga, 1807-1825).....	293
Quadro 26 – Condição jurídica e qualidade de padrinhos e madrinhas de escravos (Iguaçu, 1796-1813).....	300
Quadro 27 – Condição jurídica e qualidade de padrinhos e madrinhas de escravos (Jacutinga, 1790-1807).....	300
Quadro 28 – Condição jurídica e qualidade de padrinhos e madrinhas de escravos (Jacutinga, 1807-1825).....	301
Quadro 29 – Condição jurídica dos padrinhos e qualidades de cor ou procedência dos pais (Iguaçu, 1796-1813).....	303
Quadro 30 – Condição jurídica dos padrinhos e qualidades ou procedência dos pais (Jacutinga, 1790-1807).....	304
Quadro 31 – Condição jurídica dos padrinhos e qualidade ou procedência dos pais (Jacutinga, 1807-1825).....	304
Quadro 32 – Padrinho e madrinha e legitimidade dos afilhados (Iguaçu, 1796-1813).....	317
Quadro 33 – Padrinho e madrinha e legitimidade dos afilhados (Jacutinga, 1790-1807).....	318
Quadro 34 – Padrinho e madrinha e legitimidade dos afilhados (Jacutinga, 1807-1826).....	318

Introdução

Em 14 de julho de 1793, na matriz da freguesia de Jacutinga, recôncavo do Rio de Janeiro, o padre coadjutor Domingos da Rosa de Andrade derramou os santos óleos sobre a inocente Abundância, filha legítima de Agostinho de Souza e Tecla Maria¹. No ano seguinte, em 1794, na Capela de Nossa Senhora do Rosário, no São Bento, termo de Jacutinga, realizou-se o batismo de Luiz, filho legítimo do mesmo casal². Em ambos os batismos, registrados pelo vigário Joaquim José de Oliveira, os pais foram inscritos no livro batismal como pardos forros. Respectivamente, os padrinhos e madrinhas foram João de Araújo e Senhorinha de Souza e André Martins da Silva Vidigal, pardo forro, e Senhorinha de Almeida. Esses batismos que aludem a momentos da trajetória de vida de Agostinho de Souza e de sua família em Jacutinga e Iguaçu viabilizam conhecer nuances socioeconômicas de escravos e libertos nas duas freguesias.

Não se precisa a data do enlace matrimonial do casal pardo Agostinho e Tecla Maria, pois em 1793, quando Abundância foi batizada, seus pais já eram casados³. Em 1797, de acordo com uma lista nominativa de habitantes, Agostinho de Souza, pai daqueles dois filhos menores, não foi mais qualificado como pardo, mas como branco⁴. No entanto, dois outros filhos nasceram depois, em datas imprecisas: Fabiana⁵ e Maria, esta última falecida em 1804 com apenas seis meses de vida. No registro de seu óbito, o vigário Mariano José de Mendonça considerou, respectivamente, pai e mãe como preto forro e forra⁶.

¹ Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu; daqui em diante ACDNI – Livro de batismo de livres de Jacutinga, 1764-1796.

² ACDNI – Livro de batismo de livres de Jacutinga, 1764-1796.

³ Assim consta no testamento de Manoel da Silva Barboza, aberto em 1827. Cf. ACDNI – Livro de óbito de Jacutinga, 1820-1840. Testamento de Manoel da Silva Barboza.

⁴ Arquivo Histórico Ultramarino; daqui em diante AHU. Lista nominativa do distrito de Guaratiba, 1797, cx. 163, doc. 12.203. ACDNI – Livro de batismo de livres de Jacutinga, 1764-1796. Agradeço a Ana Paula Rodrigues por me ceder o banco de dados, feito a partir da lista nominativa.

⁵ ACDNI – Livro de casamento de livres de Jacutinga, 1795-1834.

⁶ ACDNI – Livro de óbito de Jacutinga, 1785-1809.

Supõe-se que Mariano José de Mendonça não conhecia, até aquele momento, Agostinho de Souza, e por isso o registrou como preto forro no livro de óbito à revelia de ser pardo forro no livro de batismo e branco na lista nominativa. Ou, nos livros de óbitos, por razões que desconhecemos, anotava as “qualidades da escravidão” de modo diferente⁷, tendendo a defini-las, talvez, de acordo com ascendência familiar, mesclas biológicas etc., mas sem considerar fatores sociais, religiosos e econômicos que colaboraram para ser inscrito como pardo ou branco em outros documentos.

O pardo forro, branco e preto forro Agostinho de Souza era foreiro da Fazenda do Outeiro, no São Bento⁸, tinha engenho de mandioca que exportava pelo porto da ilhota e era senhor de escravos. De acordo com a Lista nominativa de 1797, chefiava o fogo número 15, contava 40 anos de idade, era casado e senhor de cinco escravos⁹. Pelo que se nota, o trabalho no engenho de farinha o fez prosperar, visto que entre 1797 e 1807 levara sete escravos ao batismo como senhor¹⁰. E não parou aí: entre 1809 e 1822, mandou mais seis escravos ao batismo na matriz e nas capelas de Jacutinga¹¹. Um dos batizados deve ter o nome memorizado, Antônio.

A ascensão econômica e as alianças políticas contribuíram para Agostinho de Souza gozar de certo prestígio em São Bento a ponto de se tornar um padrinho desejado. Em 1805, na matriz de Iguaçu, apadrinhou Jacinta, filha da escrava Isabel Maria¹². Em maio e julho de 1828, apadrinhou as crioulas Feliz e Feliciano, filhas de duas africanas escravas da Ordem de São Bento¹³. Nas três cerimô-

⁷ Empregarei o conceito “qualidades da escravidão” para as categorias classificatórias que vinham atreladas aos nomes de escravos e libertos, especialmente em fontes paroquiais, como pardo, crioulo, cabra, preto, branco etc. Cf. GUEDES, ROBERTO & PEIXOTO, Moisés. Fontes paroquiais, qualidades da escravidão, mestiçagens e mobilidade social (Rio de Janeiro, século XVIII). In: *Fronteiras e Debates*, Macapá, 2023, 10, pp. 196-228. Em outro capítulo explicarei, com vagar, tais categorias. Daqui em diante, não usarei aspas quando escrever o conceito.

⁸ Arquivo do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro; daqui em diante, AMSBRJ, *Relação de Foreiros de Iguaçu no século XIX*.

⁹ AHU – Lista nominativa do distrito de Guaratiba, 1797, cx. 163, Doc. 12.203.

¹⁰ ACDNI – Livro de batismo de escravos de Jacutinga, 1790-1807.

¹¹ ACDNI – Livro de batismo de escravos de Jacutinga, 1807-1825.

¹² ACDNI – Livro de batismo de escravos de Iguaçu, 1796-1813.

¹³ AMSBRJ – Livro de batismo, casamento e sepultamento da Capela do Rosário (1817-1884). Códice: 65, p. 4.

nias, ele e outros egressos do cativeiro foram qualificados “como se fossem brancos”, expressão utilizada por um visitador paroquial em Jacutinga em 1811¹⁴. O prestígio familiar era respaldado nas pessoas da esposa, Tecla Maria, e sua filha Fabiana de Souza, que também amadrinharam escravos em Iguaçu e Jacutinga. A esposa foi madrinha de Albino, filho natural de Ana, cabra¹⁵. Fabiana se tornou “mãe espiritual” de João, filho natural da crioula Senhorinha, e o padre Mariano José de Mendonça, padre responsável pelo assento, também, pelo silêncio, a classifica como branca¹⁶.

“Como se fossem brancos” foi o termo pelo qual o visitador Barbosa instruiu os padres da freguesia de Jacutinga a anotar as qualidades dos catecúmenos filhos de pais casados e de avôs naturais do bispado, mesmo sabendo que a maior parte da população não era portuguesa e tinha ascendência escrava. Na classificação nominal das pessoas, o termo branco, em casos excepcionais, apareceu. Esta exceção confirma a regra de que a brancura era social e, mais ainda, religiosa, estava ligada ao comportamento sacramental do casamento e do batismo, mesmo que o padre tenha feito aquela observação em um livro de escravos. Outras pessoas eram pardas, pretas, crioulas etc., em livros de batismo de escravos e de livres e forros. Perante o silêncio das classificações nominais, e considerando que outros receberam qualidades da escravidão especificadas (pardo, preto etc.), considerei os demais “como se fossem brancos”. *Como se fossem* era uma expressão muito utilizada em sociedades escravistas com traços arcaicos. Frequentemente, senhores libertavam seus escravos e diziam que eram “livres como assim tivessem nascido”. A expressão, portanto, era carregada de significados afirmativos para as pessoas de época. Isto quer dizer que as pessoas deviam aparentar o modo pelo qual eram vistas, elas deviam ser o que pareciam ser; ser e parecer ser eram normatizados e marcavam lugares sociais, *status*, formas de tratamento etc.¹⁷. Ao longo do

¹⁴ ACDNI – Livro de batismo de escravos de Jacutinga, 1807-1825, p. 49.

¹⁵ ACDNI – Livro de batismo de escravos de Iguaçu, 1796-1813.

¹⁶ ACDNI – Livro de batismo de escravos de Jacutinga, 1807-1825.

¹⁷ ROCHE, Daniel. *A cultura das aparências: uma história da indumentária* (séculos XVII-XVIII). São Paulo: Editora Senac, 2007. Para uma aplicação da ideia, vide também GUEDES, Roberto; BOSCARO, Ana Paula. A cara da escravidão e a cara da liberdade: honra e infâmia (Corte do Brasil, 1809-1833). *Afro-Ásia*, n. 59, Salvador (BA), 2019.

livro analisarei o que cabia aos descendentes de escravos para serem classificados *como se fossem brancos*.

Agostinho de Souza deve ter morrido na década de 1820 ou inícios da década de 1830, porque Tecla Maria, sua esposa, era viúva no livro que registra os foreiros de Iguaçu em 1836¹⁸. Em vida de liberto, não obstante as dificuldades inerentes aos saídos do cativeiro, Agostinho de Souza teve acesso à posse de terra, senão à propriedade, o que lhe permitiu ascensão socioeconômica pela produção e exportação de alimentos. Religiosa e socialmente, pelo apadrinhamento de escravos, pelo casamento católico e, conseqüentemente, por constituir uma “família legítima”, projetou-se na comunidade jacutinguense. Isto influenciou as maneiras pelas quais os padres o classificaram, pois, dependendo do registro, era preto forro, pardo forro ou branco. O mesmo ocorreu com sua esposa, parda, forra ou branca.

Três filhos do casal viveram em Jacutinga: Luiz de Souza, Abundância de Souza e Fabiana de Souza. O primeiro enlaçou-se matrimonialmente com a crioula forra Dionísia Roza, em 6 de julho de 1817; Abundância casou-se com o forro Joaquim Marques em 24 de janeiro de 1820; e Fabiana de Souza, em 20 de agosto de 1829, contraiu núpcias com José Soares Roza. Pelas escolhas dos cônjuges de Luiz e Abundância, nota-se que a família não se furtava a se relacionar, inclusive casar, com outros egressos do cativeiro. Tais escolhas talvez se deem por falta de opção ou, quem sabe, por entenderem que a barreira da ascendência escrava – apesar de impor limites sociais –, a duras penas poderia ser ultrapassada naquela sociedade, como a experiência da geração anterior demonstrava. Ou talvez o passado em escravidão, a depender das circunstâncias, nem fosse uma questão.

Presumo que o consórcio entre Luiz e Dionísia tenha favorecido mais a ela do que ele, já que naquele momento Luiz não trazia as marcas de sua ascendência escrava junto ao nome, diferente dela que era reconhecida nos registros da Igreja como crioula forra. Desse matrimônio nasceram três filhos: Maria Roza do Espírito Santo, Leopoldino de Souza e Leonida¹⁹. Não localizei os

¹⁸ AMSBRJ – Relação de foreiros de Iguaçu no século XIX.

¹⁹ Foi possível atestar que Maria Roza e Leopoldino são filhos de Luiz de Souza pelo processo que abre esta pesquisa, ao passo que a filiação de Leonida comprova-

batismos dos dois primeiros, mas em 7 de abril de 1828 Leonida foi batizada como crioula livre na Capela de Nossa Senhora do Rosário do Mosteiro de São Bento. Sua mãe, Dionísia, era forra, e até mesmo Luiz de Souza, que até aquele momento era branco, se tornou forro pelo frei Antônio de Santa Clara²⁰.

A mudança na classificação de Luiz de Souza deriva de seu casamento com uma crioula forra, sendo ele como se fosse branco nos registros, ou seja, ele fez escolha errada? Sendo filho de forro, deveria se distanciar das “sombras” do cativo casando-se com uma branca, uma vez que o consórcio influenciava na definição de qualidade das pessoas?²¹ Ou tudo se deve ao local do batismo, capela direcionada, mormente, aos escravos, e ao livro de escravos em que o batismo de sua filha foi assentado? Pode ser também que Antônio de Santa Clara, padre responsável pelo registro, desconhecesse a trajetória de êxito da família de Luiz de Souza em Jacutinga, ou que usasse critério próprio para qualificar os fiéis, isto é, evitava caracterizar como parda ou branca pessoas cujas aparências e/ou ascendências indicassem o contrário. De qualquer modo, a ação dos padres e o registro das qualidades da escravidão eram fundamentais na classificação social. Assim, se as pessoas e famílias constantemente mudavam de qualidades, a aparência da tez, apesar de ser importante, não era condição primordial para a definição social no Brasil escravista.

se pelo livro de batismo de escravos da capela de Nossa Senhora do Rosário do Mosteiro de São Bento. Cf. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, daqui em diante, ANRJ; Maria Roza do Espírito Santo (recorrida) e Carolina e Antônio (recorrentes). Supremo Tribunal de Justiça - BU, daqui em diante, STJ-BU. Revista Cível, daqui em diante, RCI. Ano: 1860-1863, nº 2.616, caixa 1.613, gal. A; AMSBRJ – Livro de batismos, casamentos e sepultamentos da Capela do Rosário (1817-1884). Códice: 645.

²⁰ AMSBRJ – Livro de batismos, casamentos e sepultamentos da Capela do Rosário (1817-1884). Códice: 645, p. 15. Ao que tudo indica, Leonida morreu antes de casar e deixar herdeiros, posto que em 1860 só Leopoldino e Maria Roza constam como herdeiros de Luiz de Souza. Cf. ANRJ-STJ-BU-RCI: ano: 1860-1863, nº 2.616, caixa 1.613, gal. A.

²¹ GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social*: (Porto Feliz, São Paulo, c1789-1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008. MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros pardos e brancos na produção da hierarquia social no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.